



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE JORNALISMO

NATHALLY KIMBERLY DOS SANTOS SILVA

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL: O CASO DO PROGRAMA RADIOFÔNICO VAMOS AGIR - TODOS
CONTRA O CORONAVÍRUS**

FORTALEZA
2022

NATHALLY KIMBERLY DOS SANTOS SILVA

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL: O CASO DO PROGRAMA RADIOFÔNICO VAMOS AGIR - TODOS
CONTRA O CORONAVÍRUS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do diploma no
Curso de Comunicação Social -
Jornalismo da Universidade Federal do
Ceará - UFC.

Orientador: Prof. Dr. Diógenes Lycarião
Barreto de Sousa

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S238a Santos Silva, Nathally Kimberly dos.

Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual: : o caso do programa radiofônico Vamos Agir - Todos contra o Coronavírus / Nathally Kimberly dos Santos Silva. – 2022.

52 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Diógenes Lycarião Barreto de Sousa.

1. Radiojornalismo. 2. Acessibilidade informacional. 3. Covid-19. 4. Pessoa com deficiência visual. I. Título.

CDD 070.4

NATHALLY KIMBERLY DOS SANTOS SILVA

ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL: O CASO DO PROGRAMA RADIOFÔNICO VAMOS AGIR - TODOS
CONTRA O CORONAVÍRUS

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em: XX/XX/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diógenes Lycarião Barreto de Sousa (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maria Érica Lima de Oliveira (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Iranilda e Francisco Luís.

AGRADECIMENTOS

A Deus que, pela sua infinita misericórdia, me deu coragem e força quando achei que não seria capaz.

Ao meu pai, Francisco Luís, que trabalhou incansavelmente para financiar meus estudos. Meu herói.

À minha mãe, uma mulher batalhadora, uma verdadeira leoa, que cuidou, protegeu e amparou a mim e ao meu irmão, Letteliê dos Santos.

Ao meu irmão, Letteliê dos Santos, à minha cunhada, Missilene Meneses, e à minha sobrinha, Maria Vitória Meneses, por todo carinho e incentivo durante a minha caminhada acadêmica.

Aos meus amigos, João Batista, Andressa Maciel e Karine Maia, pelas palavras de carinho, por toda compreensão pela ausência e por estarem presentes na minha vida.

Ao meu amigo, Miguel Araujo, por ter me ouvido com cautela e ter me impulsionado a sonhar cada vez mais alto na profissão.

Aos meus amigos de faculdade, Davi Holanda, Gustavo Castello e Izabel Tinin, por nunca permitirem que eu desanimasse durante esse período, pelas risadas e pela parceria durante os quatro anos de universidade.

Ao meu orientador, professor doutor Diógenes Lycarião, pela confiança depositada na minha pesquisa, pelas reflexões, pelas críticas e pelos conselhos oferecidos.

Ao corpo docente da Universidade Federal do Ceará (UFC). Gratidão a todos os professores que refletem o compromisso com a qualidade e excelência do ensino.

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com o espírito altruísta e elevado.

(Roquette Pinto)

RESUMO

A pandemia de Covid-19 trouxe ainda mais desafios para as pessoas com deficiência visual, principalmente quanto ao acesso às informações de prevenção ao vírus. Compreendendo o rádio como um veículo que utiliza a voz como elemento principal, além de ter sua origem baseada na linguagem simples, direta, clara e didática (BARBEIRO; LIMA, 2003), neste trabalho, partiremos da análise do programa de rádio “Vamos AGIR - Todos Contra o Coronavírus”, veiculado de segunda a sexta-feira pela Rádio O Povo CBN e CBN Cariri, para empreender uma discussão teórica acerca da relação deste produto e a acessibilidade informacional às pessoas com deficiência visual. Utilizamos a discussão de BÖCK, GOMES e BECHE (2020) sobre o conceito de acessibilidade informacional e a ela acrescentamos as categorizações propostas por Elisangela Godoy (2002) para analisar o potencial do programa no repasse de informação às pessoas com deficiência visual. A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, que se utiliza da revisão de literatura e a análise de conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Com isso, concluímos que o programa radiofônico analisado é um meio de comunicação capaz de promover a acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual. No entanto, quando veiculado temáticas mais específicas, é preciso ter uma readequação do roteiro a fim de propiciar o entendimento do público em questão.

Palavras-chave: Radiojornalismo; Acessibilidade informacional; Covid-19; Pessoa com deficiência visual.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has brought even more challenges for people with visual disabilities, especially regarding access to the virus prevention information. Understanding the radio as a vehicle that uses the voice as the main element, besides having its origin based on simple, direct, clear and didactic language (BARBEIRO; LIMA, 2003), in this work we will start from the analysis of the radio program "Vamos AGIR - Todos Contra o Coronavírus", broadcasted from Monday to Friday by O Povo CBN Radio and CBN Cariri, to develop a theoretical discussion about the relationship of this product and the informational accessibility to people with visual disabilities. We used the discussion of BÖCK, GOMES and BECHE (2020) about the concept of informational accessibility and added to it the categorizations proposed by Elisangela Godoy (2002) to analyze the potential of the program in the transfer of information to people with visual disabilities. The research has an exploratory and descriptive nature, which uses literature review and categorical content analysis (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Thus, we conclude that the radio program analyzed is a communication medium capable of promoting informational accessibility for people with visual disabilities. However, when broadcasting more specific themes, it is necessary to readjust the script in order to facilitate the understanding of the audience in question.

Keywords: Radio journalism; Information Accessibility; Covid-19; Visually Disabled People

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Screenshot do resultado da pesquisa de Elisangela Godoy (2002).....	23
Tabela 2 – Livro de códigos da análise de conteúdo radiofônico desta pesquisa....	24
Tabela 3 – Recorte das perguntas feitas pela entrevistadora Mirela Fortes.....	29
Tabela 4 – Recorte das perguntas feitas pelo entrevistador Cliff Villar.....	31
Tabela 5 – Recorte das perguntas feitas pelo entrevistador Cliff Villar.....	32
Tabela 6 – Resultados analisados categoria 1 (perguntas)	34
Tabela 7 – Resultados analisados categoria 2 (respostas)	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. RÁDIO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	13
2.1. Relação entre rádio e a pessoa com deficiência visual	14
3. RADIOJORNALISMO SOB A PANDEMIA DA COVID-19	16
3.1. Acessibilidade informacional no combate a covid-19	18
4. PROGRAMA RADIOFÔNICO VAMOS AGIR - TODOS CONTRA O CORONAVÍRUS	19
5. O CONTEÚDO DO PROGRAMA RADIOFÔNICO	21
5.1. Processos metodológicos	21
5.2. Conteúdo em essência: a análise	28
5.3. Leitura preliminar dos resultados	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO PROGRAMA 1	41
APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO PROGRAMA 2	45
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO PROGRAMA 3	48

1. INTRODUÇÃO

O mundo tem passado por transformações desde o fim de 2019, quando países de diversos continentes passaram a enfrentar com uma nova doença: a Covid-19¹. Não demorou para que a patologia chegasse ao Brasil e alterasse rotinas pessoais e profissionais. O isolamento social, dentre outras ações, foi imposto como principal providência para o arrefecimento do vírus. No âmbito trabalhista, inúmeras áreas precisaram se remodelar frente às novas regras de convivência. O jornalismo foi uma delas, assim como, mais especificamente, um dos objetos deste estudo, o rádio.

Com isso, a produção e a programação dos meios de comunicação tiveram que se modificar. Temáticas voltadas à saúde e o jornalismo científico passaram a ser obrigatórios. Afinal, a informação se tornou um elemento de combate ao vírus SARS-COV-2, responsável pela contaminação da doença. Por isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) buscou aprimorar a cooperação e a solidariedade global através do repasse de dados sobre o que é e como é transmitida a Covid-19. No entanto, será que é possível imaginar como a humanidade lidaria com o vírus sem as informações básicas de precaução? E se a cartilha de prevenção estivesse disponível apenas em uma língua de difícil tradução? Seria ainda mais complicado se proteger.

É justamente nessa realidade de inacessibilidade comunicacional que se encontram, pelo menos, 242 mil cearenses que têm deficiência visual parcial ou total, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2012. Inclusive, esta foi uma das reclamações deste grupo social durante a pandemia (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020). É importante destacar que inacessibilidade informacional refere-se à falta de mecanismos que facilitem a compreensão total de uma mensagem enviada a uma pessoa com deficiência.

¹ A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus, SARS-CoV-2, e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e que podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça ou tonturas. (OMS, 2021)

Diante da atual pandemia da Covid-19, como exercício de uma ética do cuidado que promove a interdependência, deveria ser garantido às pessoas com deficiência o **acesso às informações**, à saúde, à educação e o respeito à sua singularidade. Portanto, pensar essas relações a partir de uma lógica do cuidado permite o reconhecimento do papel ativo que as diferentes partes das relações exercem nas práticas que compõem essa lógica. (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020, p. 9)

Frente a esta dificuldade, encontra-se o rádio, que utiliza a voz como principal elemento e contribui com o acesso à informação da pessoa com deficiência visual, através de uma linguagem clara, objetiva e direta (BARBEIRO; LIMA, 2003). Essa relação fica ainda mais clara na pesquisa de Elisangela Godoy (2002), que constatou, através de entrevistas com este grupo, que uma das características mais admiradas no rádio é o uso correto de técnicas de redação radiofônica, como a ordem direta nas frases e períodos curtos, recursos que facilitam o entendimento da mensagem.

Os cegos são beneficiados por este meio eletrônico. Esta parcela da população, discriminada em certas circunstâncias da vida ou por não conseguirem um emprego ou por serem alvo de olhares curiosos e rebaixadores de alguns membros da sociedade, só encontram, muitas vezes, neste veículo o caminho para se informarem sobre os fatos que ocorrem fora de seus ambientes familiares, já que são poucos os que têm acesso a uma revista em braille e quase todos nunca tiveram nas mãos um jornal nestes moldes. (GODOY, 2002, p.47)

Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é investigar a acessibilidade informacional do programa radiofônico “Vamos AGIR - Todos Contra o Coronavírus”, veiculado na Rádio O Povo CBN e CBN Cariri, de segunda a sexta-feira, às 10h30min e que conta com a participação de especialistas da área da saúde e da ciência para esclarecer dúvidas sobre o vírus, através de entrevistas de 10 minutos de duração. O programa, em questão, foi escolhido por ter sido criado durante a pandemia e por sua concepção ter passado pelas atividades desta pesquisadora no decorrer do estágio supervisionado, proporcionado pela Universidade Federal do Ceará, no veículo de comunicação em foco.

Para isto, utilizaremos a análise de conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021), somada às características de acessibilidade informacional elencadas na pesquisa de Godoy (2002), para estudar os três primeiros episódios do programa. Para o embasamento teórico deste trabalho, são abordadas compreensões de acessibilidade informacional, por meio de autores como Böck,

Gomes e Beche (2020), do papel do radiojornalismo durante a pandemia, através de Ferraretto e Morgado (2020), além de características e potencialidades do rádio, por meio das obras de Barbeiro e Lima (2003) e Meditsch (2001). Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo.

É importante ressaltar que a prospecção de literatura (ver procedimentos utilizados na seção 5.1) encontrou poucos trabalhos relativos à relevância do rádio na comunicação de pessoas com deficiência visual, embora o uso desse veículo possa ser mais conveniente do que o uso de outros meios de comunicação como a televisão, já que a linguagem audiovisual deixa algumas lacunas na informação, dado que em sua maioria há apresentação de elementos gráficos sem utilizar o recurso da audiodescrição.

Como resultado da amostra analisada, foi possível depreender que, mesmo que o programa radiofônico “Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus” não tenha a pretensão de ser destinado a este grupo, os episódios estudados possuíam as características que proporcionaram o conhecimento exequível sobre temáticas relativas a pandemia de covid-19 para pessoas com deficiência visual, contribuindo para a prevenção da disseminação do vírus Sars-COV-2 para este público. No entanto, quando analisadas temáticas mais específicas, como o acesso à justiça durante a pandemia, foi verificado que é preciso ter uma readequação do roteiro a fim de propiciar o entendimento do público em questão.

2. RÁDIO: A ORIGEM E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O surgimento do rádio no Brasil, ainda na década de 20, seguia a premissa de que o veículo deveria se voltar à transmissão de cultura e educação, tendo em vista o grande número de analfabetos do país - cerca de 65% da população brasileira, segundo o INEP². Edgard Roquette-Pinto, um dos fundadores da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira do país, dizia:

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (TAVARES apud GODOY, 1999, p.8).

A programação era constituída por óperas, palestras e textos curtos com palavras rebuscadas. O acesso era restrito a quem tinha recursos para adquirir os aparelhos, grandes e caros. Além disso, as rádios eram sustentadas por doações e mensalidades dos associados, afinal não tinham objetivos comerciais, pois os anúncios ou patrocínios eram proibidos por determinação estatutária (TAVARES apud GODOY, 1999, p.35). No entanto, para se obter uma maior audiência e popularização da programação, os espaços dedicados à educação e à cultura foram substituídos e, até hoje, o veículo falado é visto como um meio de comunicação de massa comercial para ganhar dinheiro e para mobilização da população (Godoy, 2002).

Mas, foi a partir de 1950, que o rádio precisou se reformular de vez para garantir a audiência, com a chegada da televisão no Brasil. Nesse momento, é colocado no ar, essencialmente, os esportes, os programas jornalísticos e as utilidades públicas, conhecidas como “prestação de serviço”. Neste último, há veiculação de notícias que envolvem prevenção, cuidados e alertas para os mais diversos tipos de problemas. Inclusive, Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2003, p. 96) são enfáticos em afirmar que a “prestação de serviços é uma das razões de existência das emissoras de rádio dedicadas ao jornalismo”. Eles também chamam atenção para o fato de que as matérias sobre serviço devem ter a “mesma qualidade, seriedade, exatidão e credibilidade de qualquer outra” (BARBEIRO e

² Dados retirados do Mapa do Analfabetismo no Brasil, disponível em: <https://bit.ly/3NYRr4K>

LIMA, 2003, p. 96)

O ouvinte muitas vezes liga o rádio apenas para saber das condições do trânsito e das estradas. Seja preciso na localização dos congestionamentos e indique caminhos que sirvam de opção. Tenha sempre um mapa para consultas. Não seja prolixo. (BARBEIRO; LIMA, 2003, p. 29).

Além da prestação de serviço ser uma das grandes características radiofônicas, que o destaca frente à televisão, o fato dele ser um meio de comunicação essencialmente oral, também consegue conquistar o público (BARROSO, 2013). Afinal, é através desta particularidade que surge a possibilidade do seu ouvinte criar imagens, através dos sons emitidos pelo veículo. Barbeiro e Lima (2001, p.29) acreditam neste poder que o rádio tem de criar imagens na mente dos seus ouvintes.

Por isso, não se pode esquecer que somente as palavras podem processar o pensamento crítico, e este é um atributo que o rádio precisa usar e divulgar: a imagem não é tudo. (BARBEIRO e LIMA, 2001, p.29).

Já para Godoy (2002, p. 46), “o rádio é um meio cego que pode criar um mundo acústico de realidade”. Por isso, para a autora (2002, p. 45), esse atributo, em especial, possibilita a comunicação para os deficientes visuais, sendo que “os textos lidos são as referências aos ouvintes que não conseguem enxergar ou apalpar”.

2.1. Relação entre rádio e a pessoa com deficiência visual

“O rádio é um meio cego que pode criar um mundo acústico de realidade” (GODOY, 2002, p.46). Para a autora, diferente da televisão ou da internet, onde o telespectador ou o internauta podem ver o que se está querendo representar, neste meio eletrônico, os sons podem ter impactos maiores. Por isso, a mensagem transmitida no rádio deve ser compreendida e imaginada por seus mais variados públicos, sejam do mais letrado ao analfabeto, ou do deficiente ao com todos os sentidos. Outro aspecto que contribui com a relação entre o rádio e os deficientes visuais é o uso da linguagem acessível e clara (BARBEIRO; LIMA, 2003, p. 72).

O que diferencia o texto do rádio em relação aos veículos de imprensa escrita é a instantaneidade. O ouvinte só tem uma chance para entender o

que está sendo dito. Lembre-se de que a mensagem no rádio se “dissolve” no momento em que é levada ao ar. (BARBEIRO; LIMA, 2003, p. 72)

Frente a isto, o professor Eduardo Meditsch (2001, p. 182) observa que, com a evolução do rádio, o texto das transmissões passou por diversas modificações. “[...] o jornalismo escrito para o microfone não poderia ser da mesma maneira que para o jornal [...]”. Desta forma, de acordo com o autor, é possível perceber que a linguagem do rádio começa a ter características próprias. Por isso, conforme destaca a autora Ana Rosa Gomes Cabello (1999, p.20), para se proporcionar uma eficaz comunicação através deste veículo eletrônico é necessário ter clareza, simplicidade e exatidão.

A repetição de palavras, sem exagero, e a maior utilização de verbos contribuem com a clareza. Além do que, quanto mais compridas as frases, menor o entendimento, a memorização e a lembrança e quanto mais conhecido o vocabulário, maior o entendimento, a memorização e a lembrança. (CABELLO, 1999, p.20)

Inclusive, segundo as pesquisas de Susanne Göpferich (2006a, 2006b), a proporção de verbos que o texto jornalístico apresenta influência na interpretação dos receptores. Sendo assim, ela indica que “uma forma de tornar textos técnicos mais compreensíveis é recorrer a construções verbais em preferência às nominais” (Göpferich *apud* Lycarião, 2014).

À vista disso, o locutor também passa a ter um papel importante na relação entre o rádio e o deficiente visual. Isso é o que mostra a pesquisa realizada por Godoy (2003), onde foi constatado que as características que esse público mais admira no locutor são a espontaneidade, a simplicidade e a forma simpática de tratar o ouvinte. Além disso, conforme explicitado na pesquisa, o uso correto de técnicas de redação radiofônica, como a ordem direta nas frases e períodos curtos, também foi apontado como um recurso que facilita o entendimento da mensagem. Barbeiro e Lima (2001, p.63) reforçam esta ideia ao dizerem que “o texto deve ter uma sequência lógica, na ordem direta. A regra é simples: sujeito + verbo + predicado. Substantivos fortes e verbos na voz ativa reforçam a densidade indispensável ao texto jornalístico”.

Outro atributo relevante apontado no estudo de Godoy (2003), conforme relato de um dos entrevistados pela pesquisadora, é que a televisão costuma

discriminar quem não pode enxergar. Questionado sobre como seria essa realidade, foi dito que “[...] a discriminação é quando dizem: ligue para o número em sua tela. No rádio a pessoa fala e repete a informação... para mim não tem nada que o substitua”. (GODOY, 2003, p. 8). Essa falta de adaptação dos textos jornalísticos televisivos ignora cerca de 242 mil cearenses que têm deficiência visual parcial ou total, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2012. A nível de Brasil, são mais de 6,5 milhões, de acordo com a mesma pesquisa citada.

A expressiva incidência de pessoas deficientes na sociedade brasileira transforma o tema da deficiência em uma questão social que exige do poder público ações no sentido de promover os direitos de cidadania das pessoas que a experimentam, seja por meio das políticas sociais ou outros instrumentos que garantam a justiça. (SANTOS, 2008, p.16)

Além disso, uma característica reconhecida no rádio é o companheirismo. Ainda de acordo com a tese de Godoy (2003), isto foi indicado pelos entrevistados: “eu concordo com a ideia de que o rádio chega mais perto das pessoas, através do rádio você consegue transmitir muitas coisas para as pessoas, mais que a televisão” (GODOY, 2003, p, 9). Essa sensação de proximidade, é resultado tanto das particularidades, já citadas nesta pesquisa, deste meio de comunicação quanto do potencial do som de fazer com que os conteúdos transmitidos pela oralidade tenham uma carga emocional, como explicita Kaseker apud Godoy (2012, p. 33), “uma característica bastante comum é a associação da escuta a condição de solidão. O rádio é companheiro e conecta o ouvinte a vozes familiares que sempre estarão por perto”.

Inclusive, é importante destacar que, em situações como a que estamos vivendo desde março de 2020, o rádio cumpre esse importante protagonismo que o remete às suas origens, o de ser um meio propício para a utilidade pública e, ainda, uma companhia aos ouvintes.

3. RADIOJORNALISMO SOB A PANDEMIA DA COVID-19

O modo de produção do jornalismo teve que se adaptar aos efeitos do novo coronavírus. Afinal, a população precisava consumir informações para sanar as

dúvidas sobre a nova doença que assolava o mundo. Além disso, mesmo diante de uma crise sanitária, o jornalismo precisou ainda reforçar o seu papel social na hora de esclarecer as notícias falsas que circulavam nas redes sociais. Frente a isto, o fato é que a pandemia fortaleceu o potencial jornalístico de meios tradicionais, como o rádio, na prestação de serviço à comunidade, conforme diz Ferraretto e Morgado (2020).

Isolados fisicamente em suas residências, mas conectados uns aos outros via tecnologia, os seres humanos precisam da companhia virtual e da orientação precisa oferecida pela mídia qualificada (FERRARETTO e MORGADO, 2020, p.8).

O aumento do consumo radiofônico pode ser percebido segundo a pesquisa da Kantar Ibope Media (2020). Nela, a audiência do rádio cresceu de março de 2020, início da quarentena, a setembro de 2020. Dos entrevistados ouvidos, 77% disseram ouvir rádio. O dado é corroborado quando 20% afirmaram ouvir muito mais rádio após as medidas de isolamento social. Quanto ao conteúdo, 52% procuram por músicas, 50% buscam por distração e 43% utilizam o veículo para se manterem informados sobre assuntos atuais. Quanto às notícias sobre a Covid-19, 23% das pessoas participantes da pesquisa tinham esse intuito ao ouvir o veículo. Um dos fatores que podem ter colaborado para que o consumo de programas jornalísticos de rádio tenha crescido, é o imediatismo da informação radiofônica (FARIAS, 2020, p.15).

Por conta disso, cada vez mais pessoas optam por se informar pelo rádio, aproveitando suas características, como o imediatismo e a proximidade (LOPEZ apud FARIAS, 2020). Além disso, o meio vem apresentando, ao longo do tempo, como um importante agente de impacto na formação coletiva por meio de suas especificidades, servindo como um aliado em situações de emergência. Dito isso, o radiojornalismo, entendido por meio do conceito do professor Eduardo Meditsch (2001) como um rádio informativo que presta serviços à comunidade, tem sido fundamental na cobertura e no combate à Covid-19.

O rádio informativo fala de coisas que, anteriormente, não eram notícia (a hora certa, por exemplo) e revoluciona a ideia da reportagem com as transmissões ao vivo. Aprofunda e contrapõe ideias e opiniões com facilidade e orienta as massas urbanas como o cão de um cego. Põe em contato os mais remotos pontos do interior e concede espaço para o receptor se manifestar como nenhum outro meio (MEDITSCH, 2001, p.31).

O potencial informativo do rádio não reside apenas no repasse de notícias, mas também na possibilidade de simplificar conteúdos. Especificamente no rádio, a emissão de mensagens se torna ideal para as pessoas com deficiência visual, tendo em vista que este meio é unisensorialmente auditivo. (NUNES; SANTOS, 2017, p. 7). Por isso, as características deste veículo, como o tipo de linguagem utilizada, a mobilidade ao ouvinte, o baixo custo investido na transmissão e na recepção, o fazem um meio propício para a acessibilidade informacional das pessoas com deficiência visual, sendo ainda mais reforçado durante a crise sanitária que assola o mundo desde 2020.

3.1. Acessibilidade informacional no combate a covid-19

Refletindo sobre a realidade em tempos de Covid-19, é possível perceber que pessoas com deficiência visual estão em desvantagem em diferentes aspectos. Avaliando o quesito comunicacional, as jornalistas Geisa Böck, Débora Gomes e Rose Beche (2020) acreditam que o direito ao acesso às informações de medidas de proteção contra o vírus foi cerceado deste grupo.

Diante da atual pandemia da Covid-19, como exercício de uma ética do cuidado que promove a interdependência, deveria ser garantido às pessoas com deficiência o acesso às informações, à saúde, à educação e o respeito à sua singularidade (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020, p. 9).

Para Sasaki apud Böck, Gomes e Reche (2020) a acessibilidade programática, aquela que está relacionada às políticas públicas, às legislações, às normativas e aos regramentos institucionais ou empresariais, deveria ter sido garantida nesse período. Sendo assim, “na medida em que não é assegurado o acesso às informações sobre a Covid-19 às pessoas com deficiência, identifica-se a presença de muitas barreiras que obstaculizam a participação social desses sujeitos” (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020, p. 15).

Böck, Gomes e Reche (2020) realizaram uma pesquisa com um grupo de pessoas com deficiência visual e constataram algumas situações em que as dificuldades deste grupo foram potencializadas. Uma das pessoas ouvidas comentou sobre as diferentes lives proporcionadas no momento de pico da pandemia, mas

ressalta a existência de barreiras comunicacionais, instrumentais e metodológicas que foram percebidas, explicando que “[...] as pessoas falam utilizando pistas visuais, e aqueles que precisam de uma dimensão mais auditiva ficam em desvantagem”.

Outra entrevistada na pesquisa das três jornalistas comenta sobre a ausência de questões simples que poderiam ajudar na prevenção do vírus mortal. “[...] mesmo as informações, de como usar uma máscara, não são acessíveis para nós, que somos cegos” (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020, p. 12)

[...] A ausência de acessibilidade informacional está sendo algo muito presente neste período, a exemplo de orientações sobre como usar máscara, que tipo deve ser usado, como produzir máscara caseira, como lavar as mãos, entre outras tantas informações que foram repassadas predominantemente de formas visuais, às quais a população cega ou com baixa visão teve dificuldade para acessar. (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020, p.12)

Seguindo na corrente contrária a essa falta de acesso, o rádio pode contribuir com a acessibilidade informacional para este grupo através de quatro características: a simplicidade, a exatidão, a organização e a sonoplastia. A simplicidade é alcançada por meio de frases curtas, pouco complexas, da explicação de palavras técnicas, entre outros. Já a exatidão exige uma informação concisa, na qual cada palavra deve ser bem pensada. A organização, por sua vez, requer a construção e continuidade das informações fáceis de mentalizar. Por fim, o trabalho sonoplástico é indispensável, para propiciar acréscimos estimuladores (CABELLO, 1999, p.20).

Frente a isto, é preciso entender de que forma os programas radiofônicos podem ter contribuído para o alcance de conhecimentos para pessoas com deficiência visual, levando em consideração os quesitos mencionados anteriormente nesta pesquisa. Para isto, se faz necessário analisar o conteúdo sonoro de um dos programas que foram criados durante a pandemia de Covid-19. Por decisão desta pesquisadora em formação, será avaliado o programa “Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus”.

4. VAMOS AGIR - TODOS CONTRA O CORONAVÍRUS

Frente à necessidade de mudança na grade de programação para contemplar o período atípico vivido pelo mundo, a Rádio O Povo CBN e CBN Cariri anunciaram, no dia 15 de abril de 2020, a estreia do programa Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus. O primeiro episódio, no entanto, foi liberado apenas no dia 17 de abril do mesmo ano.

A proposta do programa era entrevistar especialistas da área médica e científica, a fim de esclarecer as principais dúvidas sobre a pandemia de covid-19, tendo em vista que o período de exibição do material era marcado pelo avanço das medidas de contenção contra o vírus. Inicialmente, seriam veiculados 44 episódios, entre os meses de abril e maio de 2020, com 10 minutos de duração cada. Entretanto, o programa ainda consta na grade da Rádio O Povo CBN e CBN Cariri durante o período de realização desta pesquisa.

Vale destacar que este programa, em específico, foi escolhido como objeto de estudo para esta pesquisa devido a ligação da pesquisadora em formação com a Rádio O Povo CBN, onde a mesma realizou estágio supervisionado de dezembro de 2019 a janeiro de 2021, tendo, inclusive, acompanhado a concepção e veiculação do projeto dentro da grade da emissora.

É importante salientar ainda que o projeto Agir já existia, sob o comando da Fundação Demócrito Rocha, mas em outro formato, que não envolvia transmissão radiofônica, mas apenas *lives* mensais no *Facebook* da instituição, e abordando outras temáticas, entre elas economia, empreendedorismo e negócios. Foi, então, com a pandemia, que o projeto foi relançado com nova roupagem e direcionado a temáticas sobre saúde e bem-estar. Inclusive, ao passo em que haviam entrevistas veiculadas na rádio, o projeto contava ainda com a transmissão ao vivo toda quarta-feira, por volta de 17 horas, no *Facebook* da Fundação e da Rádio O Povo CBN. Assim como também foram produzidos 30 episódios de podcasts de dez minutos cada, 44 webinars de uma hora de duração e 18 webdocs de três minutos. Na mídia impressa, foram veiculados cinco cadernos especiais nos dias 8, 14, 15, 21 e 22 de maio.

A apresentação do projeto Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus, veiculado na rádio, o objeto desta pesquisa, era dividida entre os jornalistas Cliff Villar e Mirela Fortes. Quanto à estrutura, o material radiofônico segue um padrão.

Nos primeiros minutos, um dos apresentadores introduz o tema que será discutido. Para isso, são utilizadas as informações mais atualizadas sobre o assunto. Logo em seguida, a primeira pergunta é direcionada ao entrevistado, que segue em uma entrevista no estilo ping pong³. Ao final, o apresentador agradece a participação do entrevistado e incentiva a participação dos ouvintes com novas perguntas nas redes sociais da Rádio.

Dentre as temáticas discutidas nos programas estão: medidas de prevenção ao vírus para grupos específicos, como pessoas com deficiência, idosos cuidados em casa e ao sair, possibilidade de sequelas pós contágio, setor de eventos no pós-pandemia, desenvolvimento e aplicação de vacinas, entre outros.

Os episódios do programa estão disponíveis na plataforma de áudio online *Spreaker*, veiculados a partir do dia 29 de agosto de 2020. Apesar desta plataforma ser o repositório oficial da Rádio, é importante esclarecer que um problema técnico em um dos computadores da emissora foi responsável por excluir uma parte considerável dos arquivos de áudio anteriores ao período de julho de 2020.

Desta forma, para realizar esta pesquisa, foi necessário buscar os áudios nas *lives* realizadas no *Facebook* oficial da Rádio O Povo CBN.

5. O CONTEÚDO DO PROGRAMA RADIOFÔNICO

5.1. Processos metodológicos

Para conduzir a presente pesquisa e investigar o objeto de estudo, foi escolhida, como procedimento metodológico, a análise de conteúdo categorial, que consiste em categorizar as informações contidas no material estudado, separando-as em unidades de codificação, para deduzi-las de maneira lógica e com justificativa. Sampaio e Lycarião (2021, p. 47) colocam que as “categorias são elementos que nos dão meios para descrever o fenômeno sobre investigação, aumentando o conhecimento e gerando conhecimento.” Sobre as codificações da técnica, os autores afirmam ainda que o “código é um rótulo ou uma etiqueta que usamos para classificar, qualificar, registrar partes do conteúdo de acordo com os objetivos da

³ Neste tipo de narrativa jornalística, há uma sequência de perguntas curtas e abertas, intercaladas com respostas do entrevistado em questão.

pesquisa” (2021, p. 46). Sendo assim, essa metodologia é efetiva, neste caso, para que possamos entender como o programa radiofônico em questão pode ter impactado a compreensão do público com deficiência visual no Ceará sobre a pandemia de covid-19.

É importante destacar que antes de optar pela metodologia de análise de conteúdo, fez-se necessário uma busca bibliográfica de pesquisas realizadas anteriormente que remetem à temática da acessibilidade comunicacional do rádio para pessoas com deficiência visual, com o objetivo de entender quais trabalhos já foram feitos sobre esse tema no cenário acadêmico brasileiro. No entanto, foi verificado que existe pouca pesquisa e literatura quanto à relevância do rádio na comunicação de pessoas com deficiência visual, embora o uso desse veículo possa ser mais conveniente do que o uso de outros meios de comunicação como a televisão, já que a linguagem audiovisual deixa algumas lacunas na informação, dado que em sua maioria mostra imagens sem utilizar o recurso da audiodescrição⁴.

Majoritariamente, as buscas foram feitas no repositório digital da Universidade Federal do Ceará (UFC) e no Portal da CAPES, assim como através da ferramenta de pesquisa Google Acadêmico, além das bibliotecas virtuais de outras instituições como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), etc. Com a pesquisa bibliográfica, não foram encontrados trabalhos de conclusão de curso referentes à relação da pessoa com deficiência visual e o rádio; no entanto, foram encontrados trabalhos sobre a temática da deficiência e do rádio, porém, tendo como objeto de estudo as adversidades da acessibilidade física e da importância da cobertura radiofônica frente a pandemia de covid-19, respectivamente. Estes trabalhos auxiliaram na contextualização sobre as temáticas pesquisadas, a fim de dar início à presente monografia e, por meio delas, foram encontrados trabalhos acadêmicos que foram utilizados como embasamento teórico da pesquisa.

Quanto ao passo a passo para iniciar a análise de conteúdo, primeiramente foram selecionados os três primeiros episódios do programa Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus. A escolha foi motivada tanto pela intenção de construir a

⁴ A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir e entender melhor filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, ouvindo o que pode ser visto.

análise baseada na ideia inicial do projeto - esclarecer sobre a pandemia de covid-19 - quanto pelo fato de que os três primeiros episódios compreendem um período crítico de demanda por informação, já que era o começo da pandemia. Vale destacar ainda que de junho de 2020 até maio de 2022, o programa passou por mudanças no roteiro de apresentação, na minutagem de veiculação e na escolha das temáticas abordadas, por isso os episódios dentro desse intervalo não foram selecionados. Desta forma, os episódios analisados são do período de 17 de abril (sábado) a 20 de abril de 2020 (terça-feira) - o programa não foi ao ar no domingo, dia 18 de abril.

Para dividir as categorias, foi preciso referenciar a tese Elisangela Godoy (2022) que conseguiu realizar questionários com pessoas com deficiência visual, que ouviam rádio, e responderam sobre quais características garantem o rádio como um meio de comunicação aliado para este público. Inclusive, segundo Godoy (2002) “todos os quatorze deficientes entrevistados informaram que entendem bem as informações transmitidas pelo rádio”. Podemos analisar na tabela abaixo, retirada da pesquisa em questão, que a simplicidade como é tratada a informação é muito importante para o cego, assim como a repetição das informações e as frases curtas utilizadas. Veja o resultado da pesquisa de Godoy (2002) na tabela abaixo.

Tabela 1 – Screenshot do resultado da pesquisa de Elisangela Godoy (2002)

Características	Quantidade	%
Simplicidade	9	36,0%
Repetição	6	24,0%
Linguagem	2	8,0%
Trilha	3	12,0%
Frases curtas	2	8,0%
Informações boas	1	4,0%
Interesse pelo assunto	1	4,0%
Todos os itens associados	1	4,0%
Total	25	100,0%

Fonte: GODOY, Elisangela Ribas. Rádio: o informante dos que não enxergam. 2002.

Além disso, no momento de decisão das categorias, foi levado em consideração que o programa Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus segue um padrão, já citado nesta pesquisa, em que o apresentador entrevista um especialista

da temática a fim ao que será debatido no episódio. Desta forma, para analisar os impactos deste programa na comunidade de deficientes visuais cearenses foi preciso separar a análise em duas categorias: a de perguntas e a de respostas. Isso foi delimitado porque o programa não deve ser responsabilizado pela forma como os entrevistados respondem às perguntas. No entanto, separando em duas categorias podemos compreender como o roteiro de perguntas pode ajudar na compreensão do material e como as respostas podem ter contribuído com o entendimento das informações repassadas.

Para iniciar a análise, foi necessária a criação de um livro de código (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). O objetivo dessa ferramenta é apresentar o máximo de informações sobre os procedimentos e regras utilizadas na análise, de modo a tornar sua replicação possível.

O livro de códigos, além de indicar os códigos alfanuméricos que correspondem a cada variável e categoria, deve discriminar, detalhadamente, inclusive com exemplos, como a codificação deve ser feita em cada código listado. (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 40)

Veja abaixo o livro de código elencados para esta pesquisa:

Tabela 2 – Livro de códigos da análise de conteúdo radiofônico desta pesquisa

<p>Livro de Códigos para a Codificação da Acessibilidade Informacional dos episódios do programa radiofônico Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus.</p>
<p>V. 01 - Identificação do Episódio [Episódio_ID]:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por favor, escrever o nome/tema de identificação do episódio de acordo com a ordem de coleta do mesmo.
<p>V. 02 - Link do Episódio [Episódio_Link]:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por favor, inserir (copiar e colar) o endereço do episódio disponível na plataforma de áudio.

V. 03 - Transcrição do episódio [Episódio_Texto]:

- Por favor, transcreva o conteúdo do episódio analisado. Inserir minutagem do início de cada pergunta feita pelo entrevistador e o início de cada resposta do entrevistado.

V. 04 - Separar perguntas e respostas [Separar_PeR]

- Por favor, ler a transcrição do episódio e separar as perguntas feitas pelo entrevistador e as respostas do entrevistado, tendo em vista que cada uma será analisada evidenciando suas características.

CÓDIGOS PARA A CATEGORIA 'PERGUNTA'**1 – Pergunta Curta**

Por favor, codificar como '1' todas as perguntas que possuam até 25 palavras.

Ver exemplo abaixo: De que forma a pandemia impacta a vida das pessoas com deficiência?

2 – Organização

Por favor, codificar como '2' todas as perguntas que sigam a ordem direta, sendo iniciadas por palavra interrogativa e emprego de ponto de interrogação.

Ver exemplo abaixo: Quais são as maiores dificuldades para as pessoas com deficiência nessa fase mais rígida de isolamento social?

3 – Simplicidade

Por favor, codificar como '3' todas as perguntas que não possuam termos ou palavras técnicas, sobre a temática da entrevista, que não tenham sido esclarecidas anteriormente.

Ver exemplo abaixo: Edilza, quantos agentes comunitários de saúde nós temos no Brasil e no Ceará?

CÓDIGOS PARA A CATEGORIA 'RESPOSTA'

1 – Repetição

Por favor, codificar como '1' quando a resposta analisada tiver repetição de termos ou informações já ditos no programa.

Ver exemplo abaixo: [...] Nove milhões de brasileiros têm surdez ou deficiência auditiva. [...] Aí são nove milhões de brasileiros que têm surdez ou deficiência auditiva que eles acabam muitas vezes não tendo acesso a essa informação e para eles a máscara também é complicada. [...]

2 – Simplicidade

Por favor, codificar como '2' quando a resposta analisada não possuir termos ou palavras técnicas, sobre a temática da entrevista, que não tenham sido esclarecidas anteriormente.

Ver exemplo abaixo: Eu acho que pessoas com deficiência teriam que ter mais prioridade do que estão tendo. Acho que a terceira fase é tarde. Deus sabe quando é que termina a primeira fase, né? [...]

3 – Explicação

Por favor, codificar como '3' quando a resposta analisada tiver a explicação de termos ou palavras técnicas.

Ver exemplo abaixo: [...] Tanto a audiodescrição, que serve para descrever ali como é que estão os gráficos, enfim que estão sendo apresentados ali, os gráficos a gente não tem acesso a essa informação. [...]

REGRAS DE MODULAÇÃO

1 - Perguntas e respostas com menos de 5 palavras não serão codificadas.

Ver exemplo abaixo: Resposta 1 do segundo episódio analisado: Exatamente.

2 - Quando a pergunta tiver um elemento explicativo antes do questionamento direcionado ao entrevistado, não será codificada.

Ver exemplo abaixo: Atualmente, o Plano Nacional de Imunização determina que as pessoas com deficiência serão vacinadas somente após o grupo de comorbidades, né? Que começa a ser vacinado após a conclusão dos idosos. Como é que você avalia essa medida? Você concorda? Você discorda disso?

Fonte: Elaborada pela autora.

A categoria pergunta (1), diz respeito a todas as perguntas realizadas pelo(a) apresentador(a) do programa. Desta forma, teremos códigos específicos para entender como o roteiro de perguntas pode atingir os objetivos de acessibilidade informacional para deficientes visuais, tendo como base os resultados da tese de Godoy (2002). O código 1 será relacionado à quantidade de palavras na construção da pergunta direcionado ao entrevistado, levando em consideração que a presente pesquisa delimitou o tamanho máximo de 25 palavras. A organização da pergunta também é relevante para a compreensão do que é dito de forma direta e objetiva, por isso, no segundo código, analisaremos se a pergunta segue a ordem direta, que são aquelas iniciadas por palavra interrogativa e emprego de ponto de interrogação. Há título de informação, as perguntas indiretas são aquelas que não são iniciadas por palavra interrogativa e terminam com ponto final, quando escrita, ou sem destaque na palavra final, quando dita. O terceiro código deve estudar a simplicidade com a qual aquele questionamento foi realizado, com isso pretendemos apontar se há termos ou palavras técnicas, sobre a temática da entrevista, que não tenham sido esclarecidas anteriormente.

Já na categoria resposta (2), iremos analisar os retornos de cada entrevistado. Para isto, utilizaremos outros códigos específicos, o primeiro deles é o

de repetição - que foi apontado por 24% das pessoas entrevistadas na pesquisa de Godoy (2002). Nele, iremos perceber se o entrevistado repetiu conceitos, informações, datas, endereços ou outros detalhes durante a resposta estudada. Também temos a intenção de perceber a simplicidade dos retornos dos entrevistados, sendo assim, observamos ainda se há termos ou palavras técnicas, sobre a temática discutida, que não tenha sido devidamente explicado durante a fala. Para entender também se há a explicação de conceitos técnicos relativos ao assunto em questão, definimos o terceiro código para verificar a difusão de informações específicas. Vale ressaltar que optamos por analisar a quantidade de palavras ditas apenas do entrevistador pois é necessário seguir um roteiro previamente estruturado para conduzir o programa, onde é possível medir o que e como será dito cada informação, já o convidado fica mais livre para responder conforme desejado durante a entrevista.

Com estas definições, partimos para a análise dos três episódios que foram escolhidos por terem sido os primeiros a serem veiculados pela Rádio O Povo CBN. O primeiro, datado de 17 de abril de 2020, com o tema: a covid-19 e a pessoa com deficiência. O segundo, datado de 19 de abril de 2020, com o tema: A importância da atuação dos agentes comunitários de saúde. O terceiro e último, datado de 20 de abril de 2020, com o tema: acesso à justiça na pandemia.

5.2. O conteúdo em essência: a análise

Intitulado “Covid-19 e os impactos na vida da pessoa com deficiência”, o episódio de estreia conta com 9 minutos e 16 segundos de duração, com apresentação de Mirela Fortes. O convidado para debater o assunto é Carlos Viana, jornalista do Grupo O Povo de Comunicação, no Ceará, e deficiente visual. Para analisar os conteúdos sonoros, foi preciso decupar⁵ os áudios dos três episódios.

Iniciando a análise pela categoria 1, vamos observar as perguntas realizadas pela entrevistadora (tabela 3 abaixo). No código 1 (perguntas curtas), precisamos avaliar quantas palavras foram utilizadas por Mirela Fortes para indagar o jornalista

⁵Dentro do campo do jornalismo, a decupagem refere-se ao processo de transcrição do áudio e identificação da minutagem de cada frase dita no material.

Carlos Viana. Desta forma, temos como resultado que as perguntas 1, 2, 3 e 5 possuem menos de 25 palavras cada uma, sendo assim, são codificadas positivamente. A pergunta 4 não foi classificada, no entanto, é importante observar que ela parte de uma explicação do assunto a ser questionado, por decisão da pesquisadora, o elemento explicativo faz parte da pergunta e a torna inválida para o código 1.

Quanto ao código 2 (organização), vamos analisar a forma com a qual a pergunta é realizada. Com isso, é possível observar que as perguntas 1, 2, 3 e 5 possuem a ordem direta, ou seja, iniciam por palavra interrogativa e possuem emprego de ponto de interrogação. Vale ressaltar que na pergunta 4, por decisão da pesquisadora, será levado em conta todo o processo de início do questionamento.

O código 3 (simplicidade), neste quesito vamos averiguar as palavras técnicas utilizadas pela entrevistadora. Sendo assim, percebemos que todas as perguntas realizadas neste episódio não possuem termos ou conceitos técnicos. Destacamos que foi levado em consideração que em abril de 2020 palavras como “pandemia”, “isolamento social rígido” já eram de conhecimento do público ouvinte da Rádio em questão devido a massiva divulgação de informações a respeito da pandemia de covid-19.

Tabela 3 – Recorte das perguntas feitas pela entrevistadora Mirela Fortes

ORDEM	PERGUNTAS FEITAS NO EP1
1	De que forma a pandemia impacta a vida das pessoas com deficiência?
2	Quais são as maiores dificuldades para as pessoas com deficiência nessa fase mais rígida de isolamento social?
3	As pessoas com deficiência são mais vulneráveis à contaminação do novo coronavírus?

4	Atualmente, o Plano Nacional de Imunização determina que as pessoas com deficiência serão vacinadas somente após o grupo de comorbidades, né? Que começa a ser vacinado após a conclusão dos idosos. Como é que você avalia essa medida? Você concorda? Você discorda disso?
5	Existe alguma política pública que acolha e que auxilie essas pessoas com deficiência infectadas com a covid ou não, Carlos?

Fonte: Elaborada pela autora

Já na categoria 2 (respostas), vamos nos concentrar nos retornos do jornalista Carlos Viana quanto aos questionamentos de Mirela Fortes. Analisando o código 1 (repetição), é possível observar - ver Anexo A - que a resposta 1, 3, 4 e 5 do entrevistado não possuem itens de repetição. No entanto, na resposta 2, Carlos repete a informação dada na primeira resposta quando diz que “são nove milhões de brasileiros que têm surdez ou deficiência auditiva, eles acabam muitas vezes não tendo acesso a essa informação”. Essa repetição do dado fortalece a importância do debate sobre o assunto.

No código 2 (simplicidade), deve-se averiguar a simplicidade das respostas tendo em vista as palavras escolhidas sobre a temática debatida. De acordo com a análise, os retornos 1, 3, 4 e 5 não utilizam palavras técnicas ou termos específicos da área. Já na resposta 2, Carlos utiliza o termo “audiodescrição”, que foi considerado pela pesquisadora um conceito específico para o grupo de deficientes visuais. Desta forma, puxando para a análise do código 3 (explicação), o entrevistado complementa a informação do que é audiodescrição ao dizer que serve para “descrever ali como é que estão os gráficos, enfim, que estão sendo apresentados ali, os gráficos a gente não tem acesso a essa informação”.

O segundo episódio analisado, intitulado de “O trabalho dos agentes comunitários de saúde durante a pandemia”, conta com 9 minutos e 46 segundos de duração, com apresentação do jornalista Cliff Villar. A convidada para debater o

assunto é Maria Edilza Andrade da Silva, presidente da Federação dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará.

Na categoria 1, vamos analisar as perguntas deste episódio, formuladas, desta vez, pelo jornalista Cliff Villar. Sendo assim, quando observamos o código 1 (perguntas curtas), foi possível concluir que todos os questionamentos realizados seguiram uma estruturação clara, com até 25 palavras em cada (ver tabela abaixo). Já no código 2 (organização), apenas a primeira pergunta não se encaixou dentro do proposto nesta análise. É possível verificar que nela, há presença de mais de uma indagação, inclusive, inserindo alguns vícios de linguagem⁶ do entrevistador, como as expressões “não é isso?” e “certo?”. Quando analisamos o código 3 (simplicidade), podemos perceber ainda que não há termos ou palavras técnicas que dificultem a compreensão do que está sendo questionado.

Tabela 4 – Recorte das perguntas feitas pelo entrevistador Cliff Villar

ORDEM	PERGUNTAS FEITAS NO EP2
1	Você ainda está comemorando? Agora, dia quatro de outubro, nós comemoramos, não é isso? O dia do agente comunitário de saúde, certo?
2	Edilza, explique pra quem não sabe, qual o papel do agente comunitário de saúde e como vocês atuam?
3	Edilza quantos agentes comunitários de saúde nós temos no Brasil e no Ceará?
4	Edilza, qual o trabalho que vocês têm desenvolvido agora durante o processo de pandemia?
5	Por que você acha que isso acontece? E outra pergunta, você acredita que a classe dos agentes comunitários de saúde é desvalorizada?

Fonte: Elaborada pela autora

⁶ Os vícios de linguagem são desvios não intencionais da norma-padrão da língua, gerando problemas de entendimento do enunciado ou ruídos na comunicação.

Na categoria 2 (respostas), vamos nos concentrar nas declarações da presidente da Federação dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará, Maria Edilza Andrade. Antes de começar, é preciso esclarecer que o programa teve um total de 5 respostas da entrevistada (ver as transcrições no anexo A). No entanto, só analisaremos 4. Isso acontece porque a primeira resposta da Maria Edilza foi considerada, pela pesquisadora em formação, insuficiente, tendo em vista que tem apenas uma palavra na sua composição. Seguindo com a análise, no código 1 (repetição), em todas as respostas não foi possível encontrar repetição de termos ou informações ditas durante o programa. Já no código 2 (simplicidade), a resposta 4 contém o termo “material de EPI”, sem a sua devida explicação tanto do que seria “EPI” quanto sobre quais seriam os materiais necessários para a proteção efetiva desses profissionais. Apenas máscaras seriam necessárias ou deveria também ter luvas? Por conta disso, esta pergunta não se encaixa no código 2. Por fim, no código 3 (explicação), consideramos que nenhuma das respostas possui a explicação de um termo ou expressão específica.

No terceiro e último episódio analisado nesta pesquisa, a temática foi “acesso à justiça durante a pandemia” e conta com 9 minutos e 26 segundos de duração, também com apresentação do jornalista Cliff Villar. O convidado para debater o assunto é Nilson Aragão, superintendente da área judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Considerando a categoria 2 (perguntas), podemos verificar neste episódio que eram direcionados ao entrevistado mais de um questionamento por vez (ver tabela abaixo). Desta forma, as perguntas 1, 2, 3 e 6 não foram encaixadas no código 1 (perguntas curtas) por não respeitarem a regra de ter até 25 palavras. Já as perguntas 4 e 5 entram no código 1, mesmo que a quarta pergunta tenha 3 questões a serem respondidas pelo entrevistado. Quanto ao código 2 (organização), as indagações 1, 2, 3, e 5 estão dentro do padrão de organização, sendo consideradas todas as questões direcionadas ao entrevistado. Já as perguntas 3 e 6 não foram codificadas por não seguirem a ordem direta e não serem iniciadas por palavra interrogativa. No código 3 (simplicidade), analisamos que as perguntas 4 e 6 possuem a palavra “comarca” que não é explicada durante o episódio e, por isso, não é possível presumir que o ouvinte saiba o seu significado. Sendo assim, essas indagações não estão dentro do padrão de simplicidade analisado nesta pesquisa.

Tabela 5 – Recorte das perguntas feitas pelo entrevistador Cliff Villar

ORDEM	PERGUNTAS FEITAS NO EP3
1	Explica um pouco, Nilson, sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Ceará, certo? Nesse período de pandemia e que assim se destacou como um dos órgãos que mais atendeu nesse período de pandemia, né? Aqui os dados que a gente tem é que em cinco meses foram mais de vinte e um mil processos. Como é que se deu esse teletrabalho?
2	Quais foram as demandas mais recebidas pelo Tribunal de Justiça nesse período?
3	E qual é a sua análise? Você acha que essa questão do acesso virtual, desse tipo de atendimento a distância, você acha que isso incentiva ou você acha que a população já está mais adaptada a essa nova realidade?
4	Nilson, e em relação às comarcas do interior? Você tem tido problemas com algumas né? Questão da conexão da internet ou alguma coisa desse tipo?
5	O que é que você acha que é provisório e o que vai se tornar permanente?
6	Bem, conversando aqui com vários empreendedores e enfim, executivos e empresários da iniciativa privada falam da questão da redução dos custos, né? Com a diminuição das plantas físicas, existe alguma previsão da diminuição das estruturas físicas dos tribunais, aliás das comarcas, dos fóruns?

Fonte: Elaborada pela autora

Partindo para a análise da categoria 2 (respostas), podemos identificar que no código 1 (repetição) nenhuma das 6 respostas deste episódio possuem termos ou informações já ditos anteriormente no programa. Já no código 2 (simplicidade), apenas as respostas 1 e 6 foram codificadas positivamente. Isso porque as

respostas 2, 3, 4 e 5 possuem palavras como “sistema carcerário”, “jurisdicionado” e “comarca”, o que não pode ser presumido que o ouvinte tenha o conhecimento de seu significado. Inclusive, no código 3 (explicação), nenhuma das respostas contou com a elucidação de termos deste tema (ver as transcrições no anexo A). É importante destacar que este episódio possui uma linguagem mais rebuscada que os outros dois analisados. Desta forma, é necessário pensarmos em como tratar de temáticas mais específicas no rádio, a fim de contribuir com a acessibilidade informacional do ouvinte.

5.3. Leitura preliminar dos resultados

Uma observação geral dos dados da pesquisa confirma a percepção de que o programa Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus possui critérios que contribuem para a acessibilidade informacional de pessoas com deficiência visual. Analisando o episódio 1, que trata sobre as pessoas com deficiência durante a pandemia, é possível perceber que na categoria 1 (perguntas) temos a organização (código 2) e a simplicidade (código 3) como os maiores destaques, enquanto apenas uma das perguntas não estavam dentro do que era proposto (ver livro de códigos). Desta forma, este episódio tem um maior potencial informacional para pessoas com deficiência visual.

Já no episódio 2, que fala sobre a atuação dos agentes comunitários de saúde durante a pandemia, constatamos que todas as perguntas se encaixam no padrão analisado (código 1) e a simplicidade (código 3) também foi uma das características que propiciaram uma maior acessibilidade informacional deste episódio. Além disso, apenas uma das perguntas não estavam dentro do que foi proposto para a organização do questionamento (código 2).

No terceiro episódio, com a temática do acesso à justiça durante a pandemia, a situação é diferente dos demais. Isso porque apenas duas das seis perguntas realizadas tiveram até 25 palavras (código 1). E quatro das seis perguntas mantiveram o padrão de organização proposto pela pesquisa (código 2). Quanto à simplicidade (código 3), duas perguntas apresentaram palavras ou termos que não tiveram explicação durante a veiculação do episódio. Sendo assim, podemos concluir que temáticas mais específicas, como questões que envolvem a justiça, não

possuem o mesmo cuidado para manter a acessibilidade informacional do material veiculado.

Tabela 6 – Resultados analisados categoria 1 (perguntas)

CATEGORIA 1 (PERGUNTAS)	EPISÓDIO 1	EPISÓDIO 2	EPISÓDIO 3
COD. 1 (PERGUNTAS CURTAS)	4 de 5	5 de 5	2 de 6
COD. 2 (ORGANIZAÇÃO)	5 de 5	4 de 5	4 de 6
CÓD. 3 (SIMPLICIDADE)	0 de 5	0 de 5	2 de 6

Fonte: Elaborada pela autora

Verificando a categoria 2 (respostas), podemos reparar que no episódio 1 das cinco respostas fornecidas pelo jornalista Carlos Viana, duas possuíam repetição de elementos ditos anteriormente (código 1). Além disso, uma das perguntas apresentou palavra ou expressão técnica (código 2), mas foram explicadas (código 3) durante a veiculação do material. O que significa que, mesmo não sendo de responsabilidade do programa, as respostas do entrevistado também contribuíram para a acessibilidade do material.

No episódio 2, nenhuma das respostas apresentou repetição de informações (código 1). No entanto, uma das respostas apresentou um termo ou palavra técnica (código 2) que teve sua devida explicação (código 3) durante o episódio. O que resulta na contribuição do material para a absorção do que é veiculado.

Já no episódio 3, não houve repetição de informações nas respostas (código 1). Além disso, quatro das seis respostas contaram com palavras ou termos técnicos de difícil entendimento (código 2). Frente a isto, nenhuma das respostas contou com explicações sobre termos técnicos ou específicos da área em debate no episódio. Desta forma, este episódio foi caracterizado como o que teve o menor nível de acessibilidade informacional.

Tabela 7 – Resultados analisados categoria 2 (respostas)

CATEGORIA 2 (RESPOSTAS)	EPISÓDIO 1	EPISÓDIO 2	EPISÓDIO 3
COD. 1 (REPETIÇÃO)	2 de 5	0 de 4	0 de 6
COD. 2 (SIMPLICIDADE)	1 de 5	1 de 4	4 de 6

CÓD. 3 (EXPLICAÇÃO)	1 de 5	1 de 4	0 de 6
---------------------	--------	--------	--------

Fonte: Elaborada pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou refletir sobre como o rádio atua num momento de uma pandemia, que afeta, sobretudo, grupos sociais mais vulneráveis. Frente a isto, constatou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, que as mensagens repassadas por ele são mais facilmente compreendidas por este público do que as por outros meios.

Através da contribuição de Barbeiro e Lima (2001) foi possível entender que além da prestação de serviço ser uma das grandes características radiofônicas, o fato dele ser um meio de comunicação essencialmente oral, também consegue conquistar o público. Afinal, estes pesquisadores acreditam no poder que o rádio tem de criar imagens na mente dos seus ouvintes.

Em seguida, o professor Eduardo Meditsch (2001) nos apresenta a evolução do texto das transmissões radiofônicas, onde ele acredita que “[...] o jornalismo escrito para o microfone não poderia ser da mesma maneira que para o jornal [...]”. Em conformidade com o autor, a pesquisadora Ana Rosa Gomes Cabello (1999), nos ajuda a entender que a comunicação através deste veículo eletrônico é eficaz a partir de três pilares: clareza, simplicidade e exatidão.

A partir disso, foi possível perceber que houve um aumento do consumo radiofônico durante a pandemia, segundo a pesquisa da Kantar Ibope Media (2020), onde 77% dos entrevistados disseram ouvir rádio. Foi, então, que através da contribuição de Farias (2020) entendemos que um dos fatores que podem ter colaborado para que o consumo de programas jornalísticos de rádio tenha crescido, é o imediatismo da informação radiofônica e o companheirismo nos momentos de solidão.

Refletindo sobre a realidade em tempos de Covid-19, entendemos que pessoas com deficiência visual estão em desvantagem em diferentes aspectos. Avaliando o quesito comunicacional, as jornalistas Geisa Böck, Débora Gomes e Rose Beche (2020) acreditam que o direito ao acesso às informações de medidas de proteção contra o vírus foi cerceado deste grupo.

Para entender a acessibilidade informacional do rádio durante a pandemia, utilizamos como objeto de estudo o programa Vamos Agir - Todos Contra o Coronavírus, da rádio O Povo CBN e CBN Cariri, onde foram separados os três primeiros episódios, datados de 17 de abril de 2020 a 20 de abril de 2020. Como procedimento metodológico, foi escolhida a análise de conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021), que consiste em categorizar as informações contidas no material estudado, separando-as em unidades de codificação, para deduzi-las de maneira lógica e com justificativa.

Para iniciar a análise, foi necessária a criação de um livro de código (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021), com o objetivo de apresentar o máximo de informações sobre os procedimentos e regras utilizadas na análise, de modo a tornar sua replicação possível. Apesar de não ser destinado ao público com deficiência visual, o programa foi analisado separando em duas categorias: perguntas e respostas. Afinal, a forma como as respostas foram concedidas pelo entrevistado não devem ser de responsabilidade do veículo.

Para a codificação, tivemos três códigos para a categoria 1 (perguntas): perguntas curtas (até 25 palavras), organização (ordem direta da indagação) e simplicidade (presença de palavras técnicas). Já na categoria 2 (respostas): repetição (de informações já ditas anteriormente no episódio), simplicidade (presença de palavras técnicas) e explicação (esclarecimento de termos técnicos).

Entre os resultados, foi possível analisar que no episódio 1, que trata sobre a pessoa com deficiência durante a pandemia, características como a organização e a simplicidade foram fundamentais para contribuir com a acessibilidade do material. O episódio 2, que falou sobre a atuação dos agentes comunitários de saúde, também possui características favoráveis à compreensão do episódio para pessoas com deficiência visual (perguntas curtas e simplicidade). Já o episódio 3, com a temática do acesso à justiça durante a pandemia, contou com a presença de termos e palavras técnicas que influenciou diretamente no entendimento do conteúdo veiculado pela emissora. Tornando necessário refletir sobre como é possível adaptar o roteiro de temas mais específicos a fim de garantir a acessibilidade informacional do conteúdo radiofônico.

Para o desenvolvimento de futuros estudos pode-se avaliar uma maior quantidade de programas para entender como temáticas mais específicas podem ser abordadas respeitando a acessibilidade informacional do material. Além disso, esta pesquisa não contou com um teste de confiabilidade, o que pode ser corrigido em pesquisas futuras.

Diante destas considerações, o que se espera ainda é que esta pesquisa abra uma discussão mais pertinente, destacando o rádio na vida das pessoas que encontram, neste meio, uma fonte para se informarem, se entreterem, relaxarem, servindo, até mesmo, como um amigo que leva uma palavra de motivação a mais para a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BARROSO, L. M. **Rádio e cotidiano: a construção de socialidades dos deficientes visuais da Associação do Cego do Piauí (ACEP)**. 2014. 106 p. Dissertação - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2014.

BRECHT, Bertolt. Teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo. (org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**, V.1. Florianópolis: Insular, 2005, p.35-45

BÖCK, G. L. K.; GOMES, D. M.; BECHE, R. C. E. **A experiência da deficiência em tempos de pandemia: acessibilidade e ética do cuidado**. Revista Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº2, Edição Especial 2020.

CABELLO, A. R. G. . **A expressão verbal na linguagem radiofônica**. In: Nélia R. Del Bianco; Sônia Virgínia Moreira. (Org.). **Rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. 1ed. Rio de Janeiro e Brasília: EdUERJ e UnB, 1999, v. 8, p. 15-39.

FARIAS, K. W. **O radiojornalismo sob a pandemia da Covid-19: adaptações de rádios catarinenses na migração do AM para FM**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2593/1282> . Acesso em: 07 nov. 2021.

GODOY, Elisangela Ribas. **Rádio: o informante dos que não enxergam**. 2002. 107 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

GÖPFERICH, S. **How Comprehensible are Popular Science Texts? The Use of Thinkingaloud Protocols and Log Files in Comprehensibility Research**. In: GOTTI, M. & GIANNONI, D. S. (Org.) **New Trends in Specialized Discourse Analysis** . Frankfurt/M.: Lang, 2006(a), p.221–246.

LIMA, C. N; MORAES, U. D. V. de. **A pandemia do novo coronavírus e a veiculação de informações científicas pelas ondas da FM Universitária 96,7 da UFPI**. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 12, n. 01, p. 91-118, jan./abr. 2021.

LYCARIÃO, Diógenes. **Mudanças climáticas sob o prisma da esfera pública: a mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15**. 2014. Tese (Doutorado) – Curso de Comunicação Social, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na Era da Informação**. Teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: UFSC, 2001.

MESQUITA, G. P. ; OLIVEIRA, S. B. **O rádio e a prestação de serviço no Agreste de Pernambuco em tempos de pandemia.** Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 168-187, mai./ ago. 2020.

MOURA, I. G. **Mídia, deficiência e inclusão: o caso do programa radiofônico Todos os Sentidos.** 2010. 91 p. Monografia - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2010.

NUNES, R. S.; SANTOS, E. C. F. **A contribuição do rádio para educação e inclusão de pessoas com deficiência visual.** Revista Entreideias, Salvador, v. 6, n. 2, p. 67-81, jul./dez. 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação.** 2021.

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO PROGRAMA 1

VINHETA DE INTRODUÇÃO: Vamos agir. Apoio: Governo do Ceará, nossa prioridade é salvar vidas. Realização: Rádio Povo CBN, 95.5. Apresentação: Mirela Fortes.

Mirela Fortes (MF): Oi, gente, tudo bem com vocês? Sejam todos bem-vindos ao Vamos Agir deste sábado, dia 17 de abril de 2020. Hoje vamos falar sobre a Covid-19 e o impacto nas pessoas com deficiência. E quem fala com a gente sobre esse tema é o jornalista Carlos Viana. Ele, que também é repórter do grupo O Povo, é cego. Tenha um ótimo dia, Carlos.

Carlos Viana (CV): Oi Mirela, um ótimo dia e desde já um ótimo final de semana, né, pra você e pra quem está nos ouvindo.

MF: Muito obrigada por ter aceito o nosso convite. E eu queria saber Carlos, de que forma a pandemia impacta a vida das pessoas com deficiência?

CV: Mirela, quando a gente fala de pessoas com deficiência, né? A gente está falando de um universo muito amplo. Para você ter ideia, só aqui no Ceará são mais de dois milhões de pessoas que têm alguma deficiência. E aí, a gente indo pro Brasil, né? São mais de quarenta e cinco milhões com alguma deficiência. Nove milhões de brasileiros têm surdez ou deficiência auditiva. Então, a covid tem afetado de diversas formas. A gente, por exemplo, no caso de autista, né, o autista quando você está falando sobre o autismo, você fala basicamente de rotinas. Então, o quê que aconteceu? A gente teve uma quebra de rotina repentina, não foi aquela coisa devagar ali. Foi aquela coisa da noite pro dia. Hoje você saiu de casa, amanhã não podia mais. Então, essas pessoas estão sofrendo bastante. Até mesmo pelo uso da máscara, né? Inclusive, a legislação, que determina o uso obrigatório de máscaras, isenta pessoas autistas desde que tenham laudo médico, comprovando ali que a máscara pode trazer mais prejuízos do que benefícios. Então realmente tem afetado a todas as pessoas com deficiência de diversas formas.

MF: E quais são as maiores dificuldades para as pessoas com deficiência nessa fase mais rígida de isolamento social?

CV: Mirela, a grande dificuldade tem sido a comunicação, né? A gente infelizmente não tem áudio descrição, que é um recurso extremamente necessário para cegos e também a legendagem para surdos. A gente tem acompanhado aí diversas lives de prefeitos, de governadores, de médicos, enfim. E essas lives elas não contam com recurso de legenda e tradução em libras. Então, isso pro surdo é muito ruim porque a língua materna do surto é a libras. Então, se você não sabe libras você basicamente não tem comunicação com o surdo. Aí são nove milhões de brasileiros que têm surdez ou deficiência auditiva que eles acabam muitas vezes não tendo acesso a essa informação e para eles a máscara também é complicada. Inclusive, existe até um movimento dos surdos que é para as pessoas usarem máscaras transparentes, que é para facilitar a leitura labial. Mas a grande dificuldade hoje mesmo é a comunicacional. Tanto a audiodescrição para descrever ali como é que estão os gráficos, enfim que estão sendo apresentados ali, os gráficos a gente não tem acesso a essa informação. E a libras pro surdo.

MF: E as pessoas com deficiência são mais vulneráveis à contaminação do novo coronavírus?

CV: Mirela, as pessoas que têm síndrome de down sim, porque as vias respiratórias delas são mais estreitas que as das pessoas sem síndrome de down, então elas têm uma expectativa de vida menor. Inclusive, viralizou um vídeo, não sei se você chegou a assistir, no começo do ano né. Um enfermeiro lá em Manaus, estava bem no pico da pandemia, aquela tragédia toda que a gente acompanhou. Um enfermeiro consolando ali uma pessoa com síndrome de down que precisava ser internada, infelizmente esse rapaz acabou falecendo poucos dias depois. Mas, quem tem síndrome de down e quem tem a síndrome causada pelo zika vírus, essas pessoas têm as vias respiratórias mais estreitas. Então, elas tendem a ter uma complicação maior por problemas respiratórios. Elas estão no grupo de risco do covid. Com relação a outras deficiências, não é que a gente esteja em um grupo de risco, mas estamos mais vulneráveis. Por exemplo, um cego ele não tem como evitar o contato. Então, se a gente sair na rua, a gente necessariamente precisa ter contato com outra pessoa, seja pra pegar um ônibus, seja pra atravessar uma rua, né? E o cego ele utiliza muito as mãos. Então, por exemplo, você até dá pra subir ou descer uma escada sem segurar no corrimão, mas para um cego, a gente também consegue fazer isso. Mas, geralmente, a gente coloca ali a mão só pra ter uma noção da

altura, enfim, onde é que está o corrimão, onde é que está a escada. Então, o cego ele utiliza demais o tato. Por isso ele está mais suscetível a pegar o covid, não que ele esteja no grupo de risco, mas ele está mais suscetível a se contaminar com o covid.

MF: Atualmente, o Plano Nacional de Imunização determina que as pessoas com deficiência serão vacinadas somente após o grupo de comorbidades, né? Que começa a ser vacinado após a conclusão dos idosos. Como é que você avalia essa medida? Você concorda? Você discorda disso?

CV: Eu acho que pessoas com deficiência teriam que ter mais prioridade do que estão tendo. Acho que a terceira fase, Deus sabe quando é que termina a primeira fase, né? Então a gente não sabe nem quando é que vai começar a segunda fase. Então, é um tempo muito grande, a gente já tem muitas pessoas com deficiência que infelizmente vieram a óbito com covid, então eu acho que elas deveriam estar um pouco mais à frente ali pra tomar essa vacina, não está na terceira fase. Se eu tivesse na segunda, a primeira seria o ideal. Inclusive, as instituições aí que trabalham com pessoas com deficiência, a exemplo da Organização Nacional de Cegos do Brasil, ela vem pedindo sistematicamente ao Ministério da Saúde para acelerar esse processo de vacinação das pessoas com deficiência. Até agora sem resposta.

MF: Então, existe alguma política pública que acolha e que auxilie essas pessoas com deficiência infectadas com a covid ou não, Carlos?

CV: Não, que eu saiba não, que eu saiba o tratamento que é dado a pessoa com deficiência é o mesmo que é dada a qualquer outra pessoa que pega o covid. Agora o que existe é a legislação. Ela prevê que a pessoa com deficiência quando ela precisar ser internada tenha direito a um acompanhante. Só que infelizmente aí por causa da gravidade da pandemia isso acaba também não sendo possível ser atendido, né? Então as pessoas com deficiência ficam sozinhas no hospital ali o tempo que precisam pra serem tratadas do covid. Mas, assim algo específico para pessoas com deficiência infelizmente não existe.

MF: Entendi. Pra gente finalizar Carlos, eu queria que você deixasse uma mensagem pras pessoas com deficiência que nesse momento estão aí sofrendo

também com o isolamento social que pra quem tem deficiência acaba se tornando mais difícil. Então queria finalizar com essa mensagem sua.

CV: É ter fé né? Ter esperança, e a gente cumprir as medidas aí que o governo tá pedindo, as autoridades sanitárias estão pedindo, usar a máscara, lavar a mão, evitar sair de casa. Eu mesmo aqui, praticamente não estou saindo de casa, nem mesmo aqui na calçada de casa eu estou saindo. Então é assim, evitar sair de casa mesmo. Vamos continuar conversando pelos grupos aí de redes sociais como a gente está fazendo. E ter a esperança que um dia a gente vai sair dessa, né? Se Deus quiser o quanto antes.

MF: Olha Carlos, foi um prazer conversar com você, tenho certeza que também quem nos acompanhou adorou a entrevista, muito obrigado pela participação aqui.

CV: Abraço Mirela, estamos às ordens.

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO PROGRAMA 2

VINHETA DE INTRODUÇÃO: Vamos agir. Apoio: Governo do Ceará, nossa prioridade é salvar vidas. Realização: Rádio Povo CBN, 95.5. Apresentação: Cliff Vilar.

Cliff Villar (CV): Olá, boa tarde. Sejam todos bem-vindos ao Vamos Agir. Hoje eu recebo aqui a presidente da Federação dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará, Maria Edilza Andrade da Silva. Boa tarde Maria, tudo bem?

Maria Edilza (ME): Tudo.

CV: Como é que você está?

ME: Graças a Deus. Tudo bem.

CV: Você ainda está comemorando? Agora, dia quatro de outubro, nós comemoramos não é isso? O dia do agente comunitário de saúde, certo?

ME: Exatamente.

CV: Edilza, explique pra quem não sabe, qual o papel do agente comunitário de saúde e como vocês atuam?

ME: Boa tarde, né? Todos ouvintes da Rádio O Povo e assim nós agentes comunitários de saúde temos uma missão bastante árdua, mas uma missão fraterna. É como dizem que o ACF é aquele que faz da solidariedade o seu trabalho e da comunidade a sua família. Certo? Então, assim pra nós é fácil a gente se tornar um membro da família daqueles usuários do SUS, afinal nós acompanhamos que todos nós da ACFs temos as nossas microáreas né que fazem parte de uma equipe saúde da família ou de uma unidade básica de saúde. Pela portaria né, pela nova Fenab nós acompanhamos no máximo setecentas pessoas. Hoje a gente trabalha com pessoas, né? No nosso resgate da atenção primária. E assim, o nosso trabalho é aquele trabalho educativo, aquele trabalho que a gente respeita a cultura popular, né? Porque pra gente desenvolver os nossos trabalhos a gente tem que respeitar os costumes da nossa comunidade né? E aí hoje o nosso trabalho se torna bem mais difícil do que quando o programa foi criado em oitenta e sete porquê quando o programa foi criado em 1987, ele foi criado com a intenção de erradicar a mortalidade infantil que naquela época se morria criança todo dia. E aí o programa foi criado nessa intenção. Então a gente trabalhava com a gestante,

né? Quando ela tinha o bebê e acompanhava o bebê. Antes, as nossas visitas não importavam o limite de quantas famílias eu ia visitar em um dia. O que importava era que eu conseguisse, nós ACFs, nós conseguíssemos salvar vidas de criança. Então, se eu chegasse em determinada casa uma criança estivesse com diarreia eu me sentava lá, tirava da minha bolsinha, tirava a tampinha de pasta de dente porque na época nem aquela colherzinha tinha.

CV: Edilza quantos agentes comunitários de saúde nós temos no Brasil e no Ceará?

ME: No Brasil, nós estamos numa faixa etária de duzentos e sessenta e seis mil agentes comunitários de saúde. No Ceará, nós estamos com quinze mil oitocentos e vinte e dois agentes comunitários de saúde. Sendo que, sete mil duzentos e sessenta nós temos vínculo trabalhista com o estado. Foi quando foi fundado o programa que estará pelo primeiro estado do Ceará criar o programa agente comunitário de saúde através do doutor Carlinhos Lavor, no mandato do Tasso Jereissati.

CV: Edilza, qual o trabalho que vocês têm desenvolvido agora durante o processo de pandemia?

ME: Ai, meu amigo, nesse processo de pandemia nós temos sofrido. Primeiro, por alguns gestores municipais não terem a preocupação de nos repassar material de EPI. E é somente o que o Ministério da Saúde orienta: a máscara cirúrgica e o álcool em gel. Com isso, as nossas visitas, alguns municípios fizeram planos e ações e a gente ficou monitorando as nossas famílias por telefone. Mês de março e abril e maio, em junho nós começamos a fazer as nossas visitas normais só que aquela visita que nos deixa triste mantendo aquela distância, uma visita né na ponta da calçada que a gente não pode adentrar a casa.

CV: Por que você acha que isso acontece? E outra pergunta, você acredita que a classe dos agentes comunitários de saúde é desvalorizada?

ME: Muito. Muito desvalorizada não por todos, mas que conta nos dedos os gestores municipais, a qual nós prestamos serviço, que valoriza esses profissionais. Só que nós estamos numa categoria bastante organizada e unida, então a gente não se deixa abater por não sermos reconhecidos. Nós não queremos ser reconhecidos com diploma isso ou aquilo outro não. O nosso reconhecimento que a gente queria era simplesmente ter condições dignas de exercer o nosso trabalho. E nessa pandemia então, meu amigo, eu estou em um município que o ACS recebe oito máscaras para trabalhar durante o mês. Mesmo as nossas visitas sendo mantidas a distância, nós temos que estar equipados. A gente nem pode se contaminar e nem

contaminar as nossas famílias. Está certo? E tem mais. No momento de pandemia desse ainda exige da gente assinatura dos nossos usuários. E você sabe que esse vírus é transmitido através do toque. Ah, mas você tem uma luva sim. A luva eu estou me protegendo. Mas, eu estou contaminando o meu usuário porque a caneta não é descartável. Ele só tem uma caneta. E o papel não é descartável. O papel eu tenho que colocar o nome de dez, vinte usuários. Entendeu? Então, assim está muito difícil, muito difícil pra nós exercer as nossas atribuições como deveríamos exercer nessa pandemia. Vários ACSs contaminados de covid. Eu fui uma delas, uma das primeiras que foi em abril. Entendeu? E assim a gente fica nesse momento de pandemia muito de nós estamos nos sentindo largados.

CV: Edilza, muito obrigado pela tua presença e eu vou fazer aqui o registro do agradecimento da sociedade a todos os profissionais de saúde que se dedicaram nesse processo de pandemia e continuam se dedicando em especial também os agentes comunitários de saúde que é a porta de entrada do sistema. Muito obrigado, eu conversei aqui com Maria Edilson Andrade da Silva, presidente da Federação dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará. E eu encerro Edilza pra você e pros nossos ouvintes com uma frase do político, do ex-presidente do Uruguai, José Mujica. Só o amor, a amizade, a solidariedade e a família transcendem. Eu encerro por aqui o Vamos Agir.

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO PROGRAMA 3

VINHETA DE INTRODUÇÃO: Vamos agir. Apoio: Governo do Ceará, nossa prioridade é salvar vidas. Realização: Rádio Povo CBN, 95.5. Apresentação: Cliff Villar.

Cliff Villar (CV): Olá, boa tarde, sejam muito bem-vindos aqui ao Vamos Agir e hoje eu recebo Nilson Aragão, superintendente da área judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para falar sobre acesso à justiça na pandemia. Boa tarde, Nilson.

Nilson Aragão (NA): Boa tarde, Cliff. É um prazer estar aqui com vocês participando desse programa que eu tanto gosto de ouvir e participar é sem dúvidas nenhuma um privilégio.

CV: Muito obrigado pela presença Nilson. Explica um pouco, Nilson, sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Ceará, certo? Nesse período de pandemia e que assim se destacou como um dos órgãos que mais atendeu nesse período de pandemia, né? Aqui os dados que a gente tem é que em cinco meses foram mais de vinte e um mil processos. Como é que se deu esse teletrabalho?

NA: É, primeiro lugar, eu acho que o tribunal estava preparado para reagir, ninguém esperava logicamente a pandemia, mas já tinha um esforço muito grande de investimento em tecnologia, no teletrabalho, audiências por videoconferência, de modo que o tribunal tinha ali uma base para reagir rapidamente como ocorreu. Na primeira quinzena praticamente todas as atividades do poder judiciário, que hoje estão funcionando plenamente, já estavam retomando e reiniciando o funcionamento.

CV: Nilson e as demandas, quais foram as demandas mais recebidas pelo Tribunal de Justiça nesse período?

NA: Olha, no primeiro momento a gente teve logicamente uma preocupação com o sistema carcerário, é uma série de demandas ligadas à área da saúde, mas de modo geral, Cliff, por incrível que pareça, nós não tivemos uma variação significativa no tipo de demanda, no tipo de procura. As causas com variações para cima ou para baixo acabaram mantendo, mais ou menos, a mesma lógica.

CV: Entendo. E qual é a sua análise? Você acha que essa questão do acesso virtual, desse tipo de atendimento a distância, você acha que isso incentiva ou você acha que a população já está mais adaptada a essa nova realidade?

NA: Cliff, no começo é lógico que a gente passou por uma transição um pouco mais complicada porque ninguém esperava esse processo de incorporação de tecnologias ao poder judiciário estava em andamento. O que a gente fez foi encurtar, talvez aí nesses cinco meses a gente tenha evoluído o equivalente a cinco anos desse processo de automação do poder judiciário. E a corporação de audiências por videoconferência principalmente. Hoje, o Ceará tem em torno de quinze mil audiências realizadas só no período da pandemia. São números assim muito significativos e os advogados, os jurisdicionados, os próprios magistrados e servidores no primeiro momento alguma parte deles teve uma dificuldade de adotar esse sistemas, mas hoje eu vejo, salvo raríssimas exceções, um funcionamento muito bom. As audiências ocorrem normalmente, as sessões de julgamento, o peticionamento já era praticamente todo feito de forma eletrônica e o que a gente continua buscando é uma forma a mais de atender o advogado, de atender o jurisdicionado, por exemplo, os canais de acesso às unidades está sendo ampliado. No começo, nós tínhamos um e-mail, nós tivemos um retorno significativo das atividades nos primeiros passos do plano de retomada e já temos em algumas situações o atendimento até presencial. Realmente o WhatsApp Business ou e-mails, canais eletrônicos, o próprio telefone continua sendo a forma principal de atendimento.

CV: Entendo, Nilson, e em relação às comarcas do interior? Você tem tido problemas com algumas né? Questão da conexão da internet ou alguma coisa desse tipo?

NA: É, na capital as coisas estavam mais maduras, nas grandes comarcas as coisas já funcionavam melhor. No interior, nós tivemos sim uma série de problemas em algumas comarcas, não em todas, né? Mas, nestes os juízes foram muito criativos, os diretores dos fóruns locais foram buscar alternativas, de revezamento, de atendimento. Uma parte dos processos ainda era físico, a grande maioria dos processos, os nossos processos já tramitam de forma eletrônica. Então, acabou que a coisa funcionou bem por isso, porque como a maioria dos processos já eram eletrônicos, o atendimento presencial era muito excepcional. Algumas audiências que precisavam ser realizadas de forma eletrônica, nesses casos precisaram ser adiados. Mas, agora como o tribunal já adota, pelo menos, o sistema híbrido em que se tem uma parte da audiência dos participantes da audiência no sistema presencial e outro no

eletrônico ou todo mundo no eletrônico, que é a via preferencial, a rotina dos processos já voltou quase na normalidade.

CV: Entendi, Nilton. O que é que você acha que é provisório e o que vai se tornar permanente?

NA: É, eu acho que o que a gente está vendo vai se tornar permanente, né? O próprio adiamento do retorno do Tribunal de Justiça, do retorno pleno do Tribunal de Justiça para garantir a segurança, a saúde dos nossos servidores, colaboradores, dos próprios jurisdicionados e advogados. Isso foi pensado pela capacidade que o tribunal tem de funcionar à distância. Como o senhor mesmo pontuou, né? No começo, logo a gente despontou em produtividade. A gente está julgando vinte e três por cento a mais de processos do que o que está entrando. Então, o tribunal está numa média de produtividade muito alta. E isso é um sinal de que muito do que está sendo feito pode continuar. As audiências por videoconferência, sessões de julgamento por videoconferência e o teletrabalho isso tudo veio pra ficar. Então, as pessoas têm que se acostumar. Logicamente, nós teremos situações em que poderá ser feito de forma mista, híbrida ou que o caso concreto exige a presença, mas como regra eu acho que esse contato virtual ele se adequou muito bem à realidade do poder judiciário.

CV: Bem, conversando aqui com vários empreendedores e enfim, executivos e empresários da iniciativa privada falam da questão da redução dos custos, né? Com a diminuição das plantas físicas, existe alguma previsão da diminuição das estruturas físicas dos tribunais, aliás das comarcas, dos fóruns?

NA: É, nós temos um estudo permanente, temos uma secretaria da administração do poder judiciário que faz essa avaliação das necessidades de ampliação tudo que estava projetado está sendo reavaliado e a própria forma de utilização dos espaços também já está sendo repensada. Então, acredito, Cliff, que no espaço de médio a longo prazo, a gente tenha uma redução sim do tamanho físico do poder judiciário por conta da incorporação principalmente do teletrabalho, mas no primeiro momento, diferente de algumas empresas que tinham imóveis, por exemplo, locados poderiam devolver, mas isso não é a realidade do poder judiciário a maioria são próprios. O que a gente tem é uma otimização desse espaço. É uma utilização mais eficiente. Onde você tem aquelas pessoas trabalhando no local somente no que é necessário. E se economiza outros aspectos de custeio, de manutenção do prédio.

CV: Entendi. Nilson, obrigado pela tua participação. Eu conversei aqui com o doutor Nilson Aragão, superintendente da área e judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Veio aqui conversar com a gente sobre o acesso à justiça na pandemia. Enfim, o acesso virtual, o acesso à distância da justiça. Muito obrigado pela tua presença e pelos seus esclarecimentos.

NA: Nada, Cliff, um abraço a todos os seus ouvintes.

CV: OK. Bem, encerramos o Vamos Agir agora. Desejamos um final de semana com cuidados, com protocolo de saúde. Encerramos com o verso de Vinícius de Moraes. A vida é a arte do encontro embora haja tanto desencontro pela vida. O Vamos Agir de hoje fica por aqui.